



16925608



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 10/12/2021	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Antônio Ramirez Lorenzo	GM
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Márcio Nunes de Oliveira	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Leonardo Bueno de Melo	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
Lauro de Castro Beltrão Filho	ASINT
Jonatas J. S. Silva	SEGEN
José Vicente Santini	SENAJUS
Juliana Oliveira Domingues	SENACON
Gustavo Camilo Baptista	SENAD
Carlos Renato Machado Paim	SENASP
Tomás de Almeida Vianna	SEOPI

Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Marinho Rezende	PF
Ricardo Borda D'agua de Almeida Braga	AN
Djairlon Henrique Moura	PRF
Marcelo Augusto Xavier da Silva	FUNAI
Felipe Uchoa dos Santos	OUV
Giselli dos Santos	CONJUR
Lisiane Cardoso	ASCOM
Alexandre Futuro	GM
Lígia N. A. Lucindo	SENAJUS
Wesley de Mello Leão	PRF
Gustavo da Cruz Santana	PF
Larissa Candida	AN
Rodrigo Alves	FUNAI

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: SENAJUS, SE e PRF;
4. Informe SPO/SE;
5. Informe SAA/SE;
6. Informe AECl; e
7. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. A reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE teve seu início a partir de observações iniciais realizadas pelo Secretário-Executivo, Sr. Márcio de Oliveira, destacando o importante papel do fórum para alinhar as ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, mantendo a integração e direcionamento de esforços entre suas unidades. O Secretário-Executivo apresentou a pauta a ser discutida ao longo da reunião.
2. Dando abertura às questões relacionadas ao monitoramento do Planejamento Estratégico, o Secretário Nacional de Justiça, Sr. José Vicente Santini, comentou sobre sua atuação frente à Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS ao longo do ano de 2021, bem como expectativas e percepções da integração e relacionamento entre as unidades no âmbito do CGE. Em seguida, passou a palavra para a Diretora do Departamento de Migrações – DEMIG, Sra. Lígia Lucindo, que

falou sobre o indicador “Tempo Médio dos Processos de Naturalização”, considerado o tempo transcorrido até a primeira decisão, seja o deferimento ou o indeferimento, após receber o processo da Polícia Federal – PF. Em situação avançada, o indicador com meta prevista de até 8 dias úteis para decisões de processo de naturalização, atualmente, apresenta resultado de 1,6 dias. Ressaltou também a importância dos indicadores para a realização dos serviços, sendo essenciais para obter melhores medidas e resultados de gestão. Na área migratória, o processo de naturalização é um dos mais complexos na SENAJUS visto que o servidor que analisa o pedido de nacionalidade brasileira precisa conhecer todo o histórico migratório do requerente. Em 2020, o tempo médio correspondeu a 3,8 dias, resultado de um mutirão realizado em 2019 no MJSP, com apoio de outras unidades, principalmente da PF, que garantiu mais de 10 mil processos de naturalização decididos. Em 2021, o número de processos aumentou entre os meses de março e maio, sendo adotadas diversas medidas de gestão, dentre elas o reforço de pessoal advindos do Ministério da Economia, mas principalmente da PF. Com relação ao projeto estratégico “Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública – OBJUS”, ficou acordada sua apresentação na próxima reunião do Comitê.

3. A seguir, o Diretor substituto de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Leonardo Bueno, apresentou o projeto “Inteligência Analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública”. O projeto começou no ano de 2019, tendo como responsável o Gabinete do Ministro, e em 2021 foi assumido pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC. Seu andamento se encontra satisfatório com 46,27% concluído até o momento, já em fase de execução e monitoramento. Contextualizou aos presentes o conceito de *data lake*, central no projeto, como um repositório de dados recebidos de diversas fontes, em diferentes formatos, e armazenados de forma bruta, que são catalogados e armazenados. A partir de uma série de mecanismos de busca e integração, as informações relevantes são obtidas por meio de cruzamentos e nesse processo são utilizados diversos recursos de Inteligência Artificial, processamento natural de linguagem e outros de *Data Analytics*, para que se possa extrair informações que, por sua vez, também são retroalimentadas na base. Dessa forma, a qualidade de informações que dispõem irá constantemente evoluindo. De acordo com o Sr. Leonardo Bueno, o projeto contempla 4 fundamentos: i) governança dos dados; ii) integração das bases; iii) tecnologia envolvida; iv) segurança. Na fase inicial, foram definidas 157 bases de dados de interesses e priorizadas. Dessas, 24 bases de dados já foram internalizadas; 14 bases foram autorizadas e aguardam o início da internalização; enquanto outras 14 estão em processo de negociação. Informou que há grande potencial na agregação de outras bases de dados, a exemplo do projeto Brasil Mais em que mais de 50 órgãos ofereceram suas bases de dados como contrapartidas, restando às unidades do MJSP que se interessem por tais bases, provocar a DTIC para iniciarem o processo de internalização. Em números gerais, o Ministério possui o terceiro maior *data lake* do governo, embora considerado o primeiro em volume diário - 57 milhões de novos registros; 6 sistemas internos no MJSP integrados e dezenas de sistemas externos que consomem e alimentam os dados; aproximadamente 240 bilhões de cruzamentos diários; 500 mil consultas/dia. De acordo com o Diretor substituto, o principal consumidor desses dados é o projeto CórteX, da Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, que também é a principal unidade a contribuir com as informações.
4. Na sequência, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, falou sobre o andamento do indicador estratégico “Percentual de Desenvolvimento de Competência associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas”. Informou que a Subsecretaria de Administração – SAA possui um Plano de Desenvolvimento de Pessoas, instrumento estratégico que pauta a gestão de pessoas no âmbito do MJSP, e que o indicador demonstra quais as competências de natureza organizacional, comportamental, técnica e gerencial são desenvolvidas ao longo do exercício. Tendo como meta desenvolver, ao longo de cada ano, 90% das competências que estão registradas dentro do referido Plano de Desenvolvimento, até o mês de novembro, o indicador atingiu a meta de 90,91%. Complementarmente, mencionou o lançamento do projeto “Trilhas de Aprendizagem”, novo instrumento disponibilizado aos servidores que passam a não precisarem mais esperar determinada ação de capacitação para desenvolverem seus conhecimentos. Trata-se de ferramenta de ensino à distância – Ead com conteúdo já preparado em um conjunto de trilhas que

perpassam as principais competências do Ministério, o que contribuíra e impactará o indicador estratégico.

5. No âmbito da Polícia Rodoviária federal – PRF, o Diretor de Operações, Sr. Djairlon Moura, abordou sobre o projeto estratégico “Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito”, alinhado a diversas políticas públicas, com situação satisfatório apesar de apresentar certo atraso em etapas que envolvem a integração e cooperação de órgãos nas diferentes esferas de governo. O Programa tem como principal objetivo desenvolver uma metodologia que, em conjunto com outros órgãos, identifique intervenções de baixo custo em rodovias com base em alguns conceitos utilizados mundialmente para evitar acidentes, sendo sugeridos aos responsáveis pelas vias as intervenções necessárias para maior segurança, melhor sinalização ou reforço/melhoria de engenharia. Relacionado ao indicador “Operações de Combate à Criminalidade”, já foram realizadas até a ocasião 7.877 operações, tendo meta prevista de 12.563 operações a serem realizadas até 2023. As operações envolvem apreensões de drogas ilícitas, cigarros, armas, recuperação de veículos, pessoas detidas, entre outros.
6. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, abordou sobre a execução orçamentária do MJSP, com volume significativo ainda a ser empenhado. Reforçou a existência de uma janela de oportunidade para as unidades identificarem os recursos que não serão executados em sua totalidade para que seja realizada algum tipo de adequação e otimização. Com relação aos fundos, o percentual de execução está em 87%, com alguns pontos de alerta sobre os valores que ainda não foram empenhados devido à dependência de finalizações de processos licitatórios. O Subsecretário abordou a necessidade de se evitar riscos e, caso sejam observadas eventuais atas que possam se estender ou mesmo travarem o andamento da licitação, sugeriu que os recursos sejam remanejados para o Fundo a Fundo, para fazer aporte aos estados. Além disso, chamou atenção para rubricas inscritas em restos a pagar bloqueados, alertando para a necessidade de identificação de cada empenho que faz a composição desse valor para que seja possível o desbloqueio de recursos, conforme previsto no Decreto nº 93.872, artigo 68. Em seguida o Sr. David Freitas apresentou o resultado do processo de revisão da Carteira de Políticas Públicas do Ministério, realizado pelas equipes de cada Secretaria. A carteira conta com 40 políticas públicas subdivididas em 74 eixos, já validada pela Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, sendo o primeiro passo para adentrar ao processo mais aprimorado de uma revisão mais aprofundada. Por fim, tendo como referência o documento disponibilizado, submeteu a revisão da Carteira de Políticas Públicas do MJSP à deliberação do CGE, que foi aprovada sem ressalvas. Por fim, o Subsecretário tratou sobre o Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021, que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância. Informou que, de acordo com a Lei do Plano Plurianual – PPA (Lei nº 13.971/2019), em seu art. 10, parágrafo único, os ministérios passam a ser obrigados a comunicar ao Ministério da Economia os gastos relacionados à referida Agenda, bem como demonstrar os resultados obtidos. Sendo tais gastos de difícil identificação no âmbito do MJSP, o Sr. David Freitas apresentou a possibilidade de serem criados planos orçamentários para que as unidades consigam concentrar essas despesas naquelas ações já mapeadas e elencadas no decreto.
7. Posteriormente, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, abordou sobre a Revisão do Plano Anual de Contratações – PAC 2022. O processo foi iniciado em setembro, sendo considerada oportunidade de reorganizar as necessidades de contratações identificadas para o próximo exercício, e finalizada em novembro. Todas as unidades do MJSP foram incentivadas a rever seus planejamentos realizados no primeiro quadrimestre, adequando a seus orçamentos e suas capacidades de execução. O plano revisado encontra-se em fase de publicação, contendo: 2.859 licitações previstas para 2022 e prorrogação de 2.292 contratos, totalizando 5.151 contratos de serviço e/ou de aquisição. Dentre as licitações previstas, 614 delas estão classificadas como sendo alta prioridade, o que as enquadram em uma das diretrizes da gestão atual do MJSP segundo a qual, se uma licitação é considerada de alta prioridade, essa deverá, necessariamente, ser iniciada dentro do primeiro semestre do ano para que a SAA tenha capacidade de finalizar a contratação dentro do mesmo exercício, garantindo também, por consequência, a execução orçamentária respectiva. Os próximos passos consistem em: i) elaborar o plano anual de contratações

compartilhadas; e ii) revisar o PAC em 2022 após a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA, sendo de grande importância o esforço para reavaliar a pertinência das solicitações contidas no plano. Informou, ainda, a intenção da SAA em desenvolver um painel de monitoramento do Plano Anual de Contratações para que esteja transparente o andamento das contratações do MJSP.

8. No que tange ao gerenciamento de riscos, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, trouxe para a aprovação os seguintes processos de trabalho, apresentando quantitativos de riscos – extremo, alto, médio e baixo, de controles a serem implementados e seus prazos: i) Promover a valorização, a capacitação e a qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais (Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN); ii) Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança pública (DEPEN); iii) Gerir dados, informações e estatísticas do sistema prisional (DEPEN); iv) Produzir informações integradas em segurança pública (DEPEN); v) Gerir estabelecimentos Penais federais (DEPEN); vi) Gerir ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais (DEPEN); vii) Gerir Bancos de Dados Biométricos afetos à Segurança Pública (PF); viii) Gerenciar Soluções de TIC (PF); ix) Gerir Estratégia de operações integradas de Segurança Pública (SEOPI); x) Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública (SEOPI); xi) Gerir conhecimento e ações de inteligência em segurança pública (SEOPI); xii) Produzir informações integradas em segurança pública (SEOPI); xiii) Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública (SEOPI); xiv) Gerir contratos de aquisição de bens de serviços (SEGEN); xv) Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores (SEGEN); xvi) Promover capacitações em Segurança Pública (SEGEN); xvii) Decidir sobre processos de autorização de residência laboral a imigrantes (SENAJUS); e xviii) Decidir sobre reconhecimento da condição de refugiado (SENAJUS). Na oportunidade, o Sr. Cláudio Py comunicou que a previsão é que 100% dos processos sejam aprovados até o mês de janeiro.
9. Antes de finalizar a reunião, o Secretário-Executivo apresentou alguns encaminhamentos. O processo SEI de monitoramento para a coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos será até o dia 10 de dezembro, além de ser o último dia da campanha do Natal Solidário, conduzida pela primeira-dama. Comunicou ainda que a próxima Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE acontecerá em fevereiro de 2022, com o envio do Ofício em janeiro de 2022. Na próxima reunião do CGE (janeiro/2022), o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 consistirá em: i) SEGEN: Projeto “ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública” e indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”; ii) PF: Projeto “Programa Ouro Alvo - POA” e indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”; e iii) SENAD: Projeto “Alienação de ativos em todo o Brasil - Edição 2021” e indicador “Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos”.
10. Na sequência, o Sr. Márcio de Oliveira apresentou aos presentes e deu boas-vindas ao novo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Sr. Ricardo Borda D'água de Almeida Braga. Mencionou ainda a satisfação que tem sido o trabalho desenvolvido junto aos titulares do MJSP, lembrando o papel de apoio das áreas-meio do Ministério para contribuir e auxiliar a todas as unidades finalísticas, e agradeceu a presença e disponibilidade de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Oliveira Manso, Diretor(a) de Gestão – Substituto(a)**, em 12/01/2022, às 11:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Diretor(a) da Tecnologia da Informação e Comunicação - Substituto(a)**, em 12/01/2022, às 12:27, com fundamento no § 3º do



art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA, Diretor(a) de Inteligência - Substituto(a)**, em 12/01/2022, às 14:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 12/01/2022, às 16:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Camilo Baptista, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Substituto(a)**, em 12/01/2022, às 23:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA, Usuário Externo**, em 14/01/2022, às 13:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN CLAESSEN DE MIRANDA BRANDÃO, Secretário(a) Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 14/01/2022, às 17:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 17/01/2022, às 10:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 17/01/2022, às 14:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 19/01/2022, às 17:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 19/01/2022, às 18:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 21/01/2022, às 11:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Xavier da Silva, Usuário Externo**, em 18/02/2022, às 11:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Jonatas Jose Santos Silva, Diretor(a) de Gestão**, em 25/02/2022, às 13:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **José Vicente Santini, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 25/02/2022, às 16:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 25/02/2022, às 18:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 04/03/2022, às 16:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 07/03/2022, às 15:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16925608** e o código CRC **86381D68**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.